

FINANCIAMENTO AO DESENVOLVIMENTO ALINHADO AOS ODS DA ONU: A REORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA DO BDMG

Adriano Filipe da Silva Maia¹
Beatrice Furquim Werneck Leite²

Em 2015, foi adotada a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, em que os Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) se comprometeram a desempenhar seus papéis em prol da economia, do meio ambiente e do bem-estar social. A partir deste comprometimento, inúmeras instituições financeiras se propuseram a financiar a transição para uma economia mais sustentável, entre elas, os bancos de desenvolvimento (BDs). No Brasil, o cenário macroeconômico desafiador da última década ensejou o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) a fortalecer seu portfólio sustentável por meio de financiamentos com organismos multilaterais. Atualmente, o BDMG adota como visão ser referência mundial de banco de desenvolvimento local focado em impacto. Os impactos dos contratos multilaterais no desenvolvimento econômico sustentável mineiro, usando-se como parâmetro os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, começaram a ser mensurados, revelando transformações significativas na estrutura produtiva do estado. Este artigo tem como objetivo analisar a reorientação estratégica do BDMG à luz do espraiamento dos preceitos da Agenda 2030 da ONU, bem como examinar os primeiros impactos observados nas relações econômicas e sociais do estado de Minas Gerais, a partir de dados extraídos das demonstrações financeiras e relatórios disponibilizados pelo BDMG.

Palavras-chave: desenvolvimento econômico sustentável; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); banco de desenvolvimento; contratos multilaterais.

FUNDING FOR DEVELOPMENT ALIGNED WITH THE UN SDGS: BDMG'S STRATEGIC REORIENTATION

In 2015, the 2030 Agenda for sustainable development was adopted, in which the member States of the United Nations committed to play their roles in favor of the economy, environment and society. Based on this commitment, numerous financial institutions have proposed to finance the transition to a more sustainable economy, among them, the Development Banks. In Brazil, the challenging macroeconomic scenario of the last decade led the Minas Gerais Development Bank (BDMG) to strengthen its sustainable portfolio through financing with multilateral organizations. Currently, BDMG's vision is to be a world reference for a local Development Bank focused on impact. The impacts of multilateral contracts on sustainable economic development in Minas Gerais using the United Nations (UN) Sustainable Development Goals as a parameter began to be measured and reveal significant transformations in the state's productive structure. This paper aims to analyze the strategic reorientation of BDMG based on the spread of the precepts of the UN 2030 Agenda and the first impacts observed in the economic and social relations of the state of Minas Gerais from data extracted from the financial statements and reports made available by BDMG.

Keywords: sustainable economic development; Sustainable Development Goals; Development Bank; multilateral contracts.

1. Doutor em economia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); e analista de desenvolvimento do BDMG. Orcid: <<https://orcid.org/0000-0002-2565-2553>>. E-mail: <adrianomaiaeco@gmail.com>.

2. Bacharela em economia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Orcid: <<https://orcid.org/0000-0002-2269-8564>>. E-mail: <beatricefwerneck@gmail.com>.

FINANCIAMIENTO PARA EL DESARROLLO ALINEADO CON LOS ODS DE LA ONU: LA REORIENTACIÓN ESTRATÉGICA DEL BDMG

En 2015 se adoptó la Agenda 2030 para el desarrollo sostenible, en la que los Estados miembros de las Naciones Unidas se comprometieron a desempeñar sus roles a favor de la economía, el medio ambiente y la sociedad. A partir de este compromiso, numerosas instituciones financieras se han propuesto financiar la transición hacia una economía más sostenible, entre ellas, los Bancos de Desarrollo (BDs). En Brasil, el desafiante escenario macroeconómico de la última década llevó al Banco de Desarrollo de Minas Gerais (BDMG) a fortalecer su cartera de inversiones sostenibles a través del financiamiento con organismos multilaterales. Actualmente, el objetivo del BDMG es, ser referencia mundial como Banco de Desarrollo local, enfocado en el impacto. Los impactos de los contratos multilaterales sobre el desarrollo económico sostenible en Minas Gerais utilizando como parámetro los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) de la Organización de las Naciones Unidas (ONU) comenzaron a medirse y revelan transformaciones significativas en la estructura productiva del estado. Este artículo tiene como objetivo analizar la reorientación estratégica de BDMG a partir de la difusión de los preceptos de la Agenda 2030 de la ONU y los primeros impactos observados en las relaciones económicas y sociales del estado de Minas Gerais a partir de datos extraídos de los estados financieros e informes puestos a disposición por BDMG.

Palabras clave: desarrollo económico sostenible; Objetivos de Desarrollo Sostenible; Banco de Desarrollo; contratos multilaterales.

JEL: F53; G20; Q01.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/rtm29art8>

Data de envio do artigo: 5/7/2022. Data de aceite: 16/8/2022.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico em países emergentes é, em grande medida, um processo lento e ineficiente. Questões ambientais e sociais como desmatamento, mão de obra escrava e infantil, e pobreza extrema são rotineiramente vistas na estrutura produtiva desses países.

A existência de falhas de mercado, assim como as incertezas inerentes às decisões de financiamento baseadas em expectativas de ganho futuro, torna a oferta de crédito de longo prazo – fundamental para o desenvolvimento econômico em sentido amplo – muito mais arriscada do que a oferta de curto prazo. Nesse sentido, o capital privado normalmente não tem interesse em projetos que combinam baixo retorno privado e alto risco, independentemente das externalidades positivas ou do retorno social dos projetos.

Desse modo, os bancos de desenvolvimento (BDs) desempenham um papel fundamental no atendimento às áreas sociais e ambientais prioritárias, que, por terem características consideradas desfavoráveis pelo mercado, apresentam certa dificuldade de acesso ao crédito. Para garantir seu bom funcionamento, essas instituições possuem diversas fontes de recursos a serem avaliadas e escolhidas de acordo com fatores internos e de mercado; entre elas, estão as captações no

mercado local e internacional, e os fundos com aportes de organismos multilaterais (Castro, 2011).

Os bancos multilaterais de desenvolvimento (BMDs) estimulam, por meio de um mercado de crédito internacional mais competitivo e acessível, investimentos com grande impacto socioeconômico, buscando diminuir as desigualdades no crescimento econômico mundial (Costa, Gonzalez e Almeida, 2014).

Porém, os benefícios gerados pelos BMDs vão muito além dos financeiros e sociais. Eles geram impactos positivos na produção de conhecimento, possuem *expertise* sofisticada para a avaliação e o monitoramento de projetos e, muitas vezes, facilitam a transferência de técnicas que demorariam mais para serem dominadas em países em desenvolvimento.

Os BDs no Brasil são imprescindíveis na intermediação de crédito entre os BMDs e os beneficiários finais. Bechelaine e Bresciani (2020) ressaltam a importância dos BDs no papel de ampliar o investimento e direcioná-lo à agenda de sustentabilidade e ao desenvolvimento fundamentado na prevenção e na remediação dos efeitos das mudanças climáticas. Desse modo, instituições como o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) devem seguir uma conduta de fortalecimento das parcerias globais, ambicionando um desenvolvimento sustentável de alta qualidade para o estado.

Este trabalho elucidará a reorientação estratégica do BDMG perante organismos multilaterais e a responsabilidade socioambiental assumida, com base nos princípios norteadores dos ODS da ONU.

2 UM BREVE HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Para compreender o desenvolvimento econômico sustentável em sua totalidade, é necessário primeiramente entender o conceito de desenvolvimento econômico e diferenciá-lo do conceito de crescimento econômico. Após a exploração destes conceitos, é possível apresentar a participação da ONU no processo de desenvolvimento sustentável em nível mundial.

O crescimento econômico é a medida do progresso material de um país, sem considerar como os bens e os serviços produzidos estão sendo distribuídos entre os agentes (Rodrigues, 2015). Ele é medido matematicamente pelo produto interno bruto (PIB) *per capita* e, por muito tempo, foi usado como indicador de padrão de vida. Prevaleceu por um longo período a ideia de que essas variáveis são diretamente proporcionais, ou seja, um aumento do PIB – que significa crescimento econômico – proporcionaria automaticamente uma melhoria da qualidade de vida.

Por sua vez, o desenvolvimento econômico é a medida do padrão de vida considerando indicadores de qualidade, como acesso à educação e à saúde, lazer, alimentação adequada e longevidade. Trata-se, portanto, de um tópico multidisciplinar, que aborda questões econômicas, ambientais, políticas e sociais.

As teorias de crescimento econômico preocupam-se principalmente com a instabilidade capitalista e as conseqüentes desacelerações da atividade produtiva, buscando soluções de curto prazo na maioria das vezes. De outro modo, o desenvolvimento econômico é focado no longo prazo e preocupa-se com fatores qualitativos, tendo como grandes desafios a erradicação da pobreza e a melhoria na distribuição de renda. Enquanto as variáveis analisadas para determinar o crescimento envolvem poupança, investimento, produtividade, progresso tecnológico e capital humano, o desenvolvimento econômico tem como pilares o progresso humano, social e ambiental (Rodrigues, 2015).

O desenvolvimento sustentável tenciona a preservação da qualidade de vida para gerações futuras, de forma que os próximos indivíduos tenham acesso, no mínimo, ao mesmo nível de recursos atuais. Esse termo é fruto de anos de progresso nas teorias de desenvolvimento econômico, que culmina no conceito do desenvolvimento voltado para o bem-estar social, econômico e ambiental.

A partir dos anos 1960, a degradação ambiental tornou-se um tema recorrente nos principais fóruns de discussão do mundo e, em 1972, ocorre o primeiro diálogo em nível internacional: a Conferência de Estocolmo (Brüske, 1994). Neste mesmo ano, o Clube de Roma inicia o debate de crescimento zero, baseado no relatório *Limites do Crescimento*. As variáveis simultâneas utilizadas no relatório – industrialização crescente, rápido avanço da população, desnutrição, extinção de recursos naturais não renováveis e deterioração do meio ambiente – indicavam o eminente colapso global caso não houvesse alterações nos padrões de crescimento econômico e demográfico dos países (Gonçalves, 2017).

Contudo, os países desenvolvidos ainda apresentavam objeção às mudanças, devido principalmente à concepção de que crescimento e desenvolvimento eram traçados concomitantemente (Gonçalves, 2017). Enquanto isso, os países em desenvolvimento sofreriam com um quadro de inércia econômica caso o crescimento zero fosse adotado. Para Sachs (1975), enquanto existir uma grande divergência entre pobres e ricos, crescimento zero e desindustrialização não são alternativas aceitáveis. Assim, as causas relacionadas ao meio ambiente e às necessidades sociais devem ser satisfeitas em conjunto com a busca pelo desenvolvimento econômico, não podendo uma ser sacrificada em prol da outra.

Apesar da participação do Brasil nas discussões na década de 1970 e da assinatura da Declaração sobre Meio Ambiente Humano em 1972, o país apenas implementou mudanças políticas em prol das questões ambientais a partir da

Constituição de 1988 (Japiassú e Guerra, 2017). Guimarães (1992, p. 3) refere-se ao estilo do desenvolvimento do fim do século XX como “ecologicamente predatório, socialmente perverso e politicamente injusto”. Em 1987, foi redigido o *Nosso Futuro Comum*, também conhecido como *Relatório Brundtland* (CMMAD, 1991). Neste documento, é declarado o conceito de desenvolvimento sustentável mais aceito até hoje (Debali, 2009). Algumas concepções tratadas no Relatório *Brudtland* são destacadas por Bellia (1996):

[o desenvolvimento sustentável é o] tipo de desenvolvimento capaz de manter o progresso humano não apenas em alguns lugares e por alguns anos, mas em todo o planeta e até um futuro longínquo. Assim, o “desenvolvimento sustentável” é um objetivo a ser alcançado não só pelas nações “em desenvolvimento”, mas também pelas industrializadas. (...) No mínimo, o desenvolvimento sustentável não deve pôr em risco os sistemas naturais que sustentam a vida na terra: a atmosfera, as águas, os solos e os seres vivos (Bellia, 1996, p. 4 e 48).

Entretanto, diversos documentos produzidos pelo Clube de Roma, entre eles o *Relatório de Brudtland*, sofreram críticas pelo seu foco nos problemas consequentes da miséria dos países em desenvolvimento, enquanto os problemas ambientais gerados pela industrialização poluente de países desenvolvidos ficavam em segundo plano nos fatores causais do desenvolvimento “insustentável” (Gonçalves, 2005). Devido a essas ponderações, o desenvolvimento sustentável foi pouco disseminado inicialmente.

Introduzido na década de 80 e amplamente divulgado pelo “Nosso Futuro Comum”, o termo desenvolvimento sustentável demorou quase uma década para ser amplamente conhecido nos círculos políticos – o que foi consolidado com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92 (Camargo, 2002, p. 70).

Durante a Conferência Rio 92, que contou com a participação de 179 países, foi determinada a Agenda 21, que definia metas específicas para os Estados, em favor dos três pilares da sustentabilidade: ambiental, social e econômico. Em 1995, um novo evento foi realizado em Berlim, porém sem resultados práticos para o desenvolvimento sustentável. Dois anos depois, foi estipulado o Protocolo de Quioto, na tentativa de reduzir em 5% a emissão de gases do efeito estufa (GEEs) em países industrializados. Segundo Debali (2009), a Conferência Rio +10, que aconteceu em 2002, na cidade de Joanesburgo, foi um evento menos ambicioso, cujo propósito foi ajustar os objetivos do tratado redigido dez anos antes para metas mais realistas.

3 O PAPEL DA ONU NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MUNDIAL

A ONU iniciou suas atividades oficialmente em 24 de outubro de 1945, em um ambiente ruinoso pós-Segunda Guerra Mundial, com o intuito de promover a paz e a segurança, e retomar a confiança entre os países. Com o conflito chegando

ao fim, representantes de cinquenta países reuniram-se, por dois meses, em São Francisco, na Califórnia, para a Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional. Foi neste momento que, entre diversos países, grandes potências mundiais como a França, a União Soviética e os Estados Unidos concordaram na assinatura da Carta da ONU, origem da instituição.³

A redação da Carta da ONU manifesta preocupação com os valores humanistas, defendendo a promoção de uma melhor qualidade de vida e a atenção ao progresso social (Machado e Pamplona, 2008). Dessa forma, visava estruturar a paz por meio do desenvolvimento e do bem-estar social e econômico no mundo. Esse propósito mostrou-se de suma importância nas décadas seguintes, quando a organização incentivou a harmonia mundial durante desavenças históricas, como as disputas da Guerra Fria e os processos de descolonização (Souza, 2014).

Entretanto, na década de 1980 e em parte da de 1990, com a redução do ritmo de competição entre os Estados Unidos e a União Soviética, a pauta internacional foi redirecionada para questões economicistas. Nesse contexto, a ONU teve sua presença reduzida a um papel secundário, perdendo autonomia para tratar das consequências socioeconômicas da crise da dívida dos países em desenvolvimento e para conduzir sua agenda fundamentada em questões como desigualdade, direitos e cidadania, modelos de desenvolvimento e reforma das instituições internacionais. Durante o período, os debates direcionados às soluções para os países em desenvolvimento tinham foco em técnicas macroeconômicas e na redução dos gastos públicos (Souza, 2014).

A partir dos anos 2000, a ONU retomou seu protagonismo nos compromissos com o desenvolvimento. A organização estruturou o modelo dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), baseado na Declaração do Milênio de 2000. Em 2002, a ONU propôs aos países em desenvolvimento a tarefa de mobilização dos recursos locais, combinando-os com fluxos de capitais privados e do comércio para o fomento do desenvolvimento. Também evidenciou a necessidade da assistência externa para integralizar o processo. Essa alegação foi reafirmada em 2008, na produção da Declaração de Doha, que acrescentou a importância dos países de renda média na cooperação internacional para o desenvolvimento. No final de 2009, um novo documento, redigido em Nairóbi, apontou que os países difundissem e compartilhassem suas experiências e as lições aprendidas (Souza, 2014).

O modelo dos ODMs da ONU, baseado na Declaração do Milênio de 2000, monitorava o cumprimento dos objetivos propostos e avaliava periodicamente os resultados. Essa responsabilidade recaía sobre os países em desenvolvimento, em controvérsia com o oitavo ODM, que buscava estabelecer uma

3. Disponível em: <<https://www.un.org/en/about-us/history-of-the-un>>.

parceria global para o desenvolvimento – que carece de metas concretas e quantificáveis (Besharati, 2013, p. 15).

Com base nos ODMs, criados no início do milênio, a ONU estabeleceu os ODS em 15 de setembro de 2015, sob o título *Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável* (ONU, 2015). Ao passo que os ODMs convergiam para a redução da pobreza e da fome, os ODS têm dezessete categorias, com diversas metas relacionadas a fatores sociais, econômicos e ambientais, simbióticas entre si, e, por isso, abrangem todos os países e regiões independentemente do nível de desenvolvimento das suas economias (Arora e Mishra, 2019).

A assinatura do documento *Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável* por 193 Estados-membros aprovou a implementação da proposta a partir de 2016. Esta envolve um plano de ação que estabelece dezessete ODS (figura 1) e 169 metas, e o seu atingimento requer o envolvimento dos governos, da sociedade civil, do setor privado, do meio acadêmico, da mídia e da ONU, compreendendo, portanto, uma parceria global (Souza e Vaz, 2019). Em síntese, formou-se um consenso em nível internacional em torno da perspectiva de que todos os territórios implementarão medidas para executar as metas e atingir os objetivos dos ODS no período 2015-2030, agindo de forma adequada, rápida e consciente, e assegurando um desenvolvimento sustentável de baixa emissão de carbono que beneficie as gerações presentes e futuras (Oliveira e Silva, 2019).

Na intenção de adequar as metas para a realidade nacional, tendo em vista um propício alcance da implementação da Agenda 2030, criou-se, no Brasil, a Comissão Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que outorgou a função de assessoramento técnico ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Nesse procedimento, foram consideradas não apenas as estratégias e os planos do governo, mas também as políticas nacionais, garantindo a presença de instrumentos políticos para promover o desenvolvimento como prioridade no país (Souza e Vaz, 2019). A Agenda 2030 é uma visão integrada de como alcançar os objetivos sustentáveis, aspirando ao bem-estar da humanidade e do planeta (Riaño *et al.*, 2020).

FIGURA 1
ODS da ONU



Fonte: ONU. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>.

4 O PAPEL DOS BDs E DOS ORGANISMOS MULTILATERAIS

De acordo com Marodon (2020), existem cerca de 450 BDs espalhados pelo mundo. Geralmente, são classificados de acordo com os seus objetivos e as regiões de atuação. Suas categorias compreendem as instituições subnacionais, nacionais, regionais, sub-regionais e multilaterais.

Os BDs subnacionais são, em sua maioria, instituídos pelo governo local, de forma a atender a um território específico, principalmente dando suporte a micro e pequenas empresas. Os nacionais, como sugerido pela própria denominação, agem em escala nacional. Os regionais e sub-regionais atendem a mutuários definidos por meio de um critério predefinido, que pode ser geográfico, religioso ou político (Marodon, 2020). Por sua vez, os multilaterais são aqueles que, dentro de seus objetivos e estratégias, atuam em escala mundial.

A primeira instituição multilateral de desenvolvimento, o Banco Mundial, foi criada durante a Conferência de Bretton Woods, em 1944. Décadas depois, o papel e o comportamento dos BMDs foram revisados. A cada período, a depender da sua região, as formas de financiamento desses bancos são reavaliadas de acordo com as definições de desenvolvimento econômico e as alterações na conjuntura econômica (Bresser-Pereira e Bechelaine, 2019). Historicamente, os organismos multilaterais deram suas primeiras contribuições no processo de descolonização, ao incentivarem a criação de regimes financeiros e comerciais internacionais e cooperarem na diminuição dos custos políticos da transação entre o colonialismo e a racionalização desenvolvimentista (Murphy e Augelli, 1993).

Os BMDs são intermediários financeiros internacionais, cuja atuação baseia-se no direcionamento de recursos financeiros captados nos mercados de capitais privados ou em fontes oficiais para o financiamento de projetos de alto retorno socioeconômico a custos competitivos. Apesar de apresentarem um baixo retorno financeiro, esses investimentos visam auxiliar a igualdade no crescimento econômico dos países mutuários e facilitar o acesso ao mercado de crédito internacional. Seus objetivos não se pautam pela maximização de lucros, como ocorre nos bancos comerciais, mas voltam-se para o atingimento de retornos que sustentem seu funcionamento e lhes permitam cumprir seu papel no financiamento do desenvolvimento de médio e longo prazo dos Estados-membros (Costa, Gonzalez e Almeida, 2014).

Os BMDs podem ser classificados como globais, regionais e sub-regionais, de acordo com sua área de atuação. Os bancos multilaterais não possuem modalidades de ação ou prioridades políticas homogêneas (Costa, Gonzalez e Almeida, 2014). Por isso, cada banco multilateral apresenta suas próprias regras de governança e definições operantes, de modo a se adequar aos mutuários atendidos e aos objetivos da instituição. Apesar dessa divergência operacional, as principais funções exercidas por eles estão relacionadas à mobilização de recursos financeiros; ao suporte às instituições, por meio de transferência de informações; e ao abastecimento de bens públicos. Atualmente, as agências multilaterais convergem, de forma geral, para as ideias relacionadas ao desenvolvimento sustentável (Costa, Gonzalez e Almeida, 2014).

Segundo o Overseas Development Institute (ODI), os BMDs devem ser destacados pela sua atuação no financiamento do desenvolvimento sustentável e também no fornecimento de conhecimentos avançados (ODI, 2015). Assim, a ONU estimula essas instituições multilaterais a adequarem suas operações de forma a atenderem a agenda de desenvolvimento sustentável proposta.

5 ALINHAMENTO DAS INSTITUIÇÕES AOS ODS

Um dos instrumentos mais utilizados pelas instituições de fomento com objetivo de desenvolver uma determinada região são os contratos multilaterais. Eles podem ser feitos por meio de diferentes aparatos legais e, recentemente, estão em sua maioria conectados com os ODS.

Quando se trata dos ODS, os mercados são ineficientes em canalizar recursos. Os impactos a longo prazo não são, usualmente, o enfoque dos capitais privados, de modo que as externalidades socioambientais tendem a ser desprezadas. Assim, os investimentos permanecem nas indústrias dos setores habituais, mesmo quando contribuem negativamente para as mudanças climáticas. Essa ineficiência provoca dois problemas centrais: i) o volume de aplicação de capitais acaba por

situar-se abaixo do nível necessário para financiar os custos da transição para uma economia sustentável; e ii) os recursos privados movimentam-se em contrafluxo, financiando investimentos prejudiciais aos ODS, retardando a transição para a economia sustentável e agravando a situação ambiental (Marodon, 2020).

Para solucionar essas questões, é fundamental que a urgência na mudança global seja compreendida. O debate internacional concentra-se, então, em como direcionar e encorajar investimentos para a sustentabilidade. Posto isso, os BDs estão bem posicionados para ajudar no redirecionamento de recursos privados. Visto que possuem ampla experiência com as realidades econômicas e políticas dos setores em que atuam, o *know-how* acumulado dos BDs é um potente instrumento para este tipo de intermediação (Marodon, 2020).

Financiar os ODS significa repensar a estrutura do cenário financeiro internacional. Nesse sentido, os BDs são ferramentas eficazes durante a fase inicial da transição econômica, até que os interesses socioeconômicos estejam estendidos ao setor privado (Marodon, 2020). Nos últimos anos, setores importantes para a sustentabilidade – como energia renovável, infraestrutura sustentável e inovação – têm recebido o enfoque dos BDs nacionais e subnacionais (Riaño *et al.*, 2020). Para cumprir essa missão, eles precisam ter acesso ao suporte financeiro necessário, garantindo recursos suficientes e de longo prazo. Ademais, devem se preparar em nível estratégico e operacional.

Em nível estratégico, os BDs devem analisar suas políticas de intervenção em determinados setores para a elaboração do *pipeline* de projetos, a fim de estruturar um portfólio sólido na atuação dos ODS. Esse posicionamento é de extrema importância para atingir resultados eficazes da Agenda 2030. A maior parte das instituições está em fase de alinhamento e já conseguiu identificar os ODS relacionados às operações existentes. No entanto, elas ainda estão no processo de redefinir suas estratégias de forma a priorizar o desenvolvimento sustentável. Os bancos dificilmente serão capazes de posicionar-se estratégica e sistematicamente com a Agenda 2030 enquanto não incorporarem esses objetivos às suas missões e valores por meio de um *framework* sustentável e de políticas de governança (Riaño *et al.*, 2020).

Em nível operacional, os BDs devem redefinir os mecanismos de avaliação de crédito e de distribuição de capital. O mapeamento é o instrumento mais usado para medir a contribuição das atividades para os ODS, vinculando as atividades do banco aos ODS relevantes. Porém, não existe uma metodologia universal concebida para tal objetivo, ou seja, cada instituição financeira desenvolve seu próprio modelo. Por isso, essa comunidade tem se deparado com inúmeros obstáculos na implementação da Agenda 2030. Para lidar com essas complexidades e desenvolver metodologias comuns, associações nacionais e internacionais

foram instituídas, como a Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) e a Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (Alide) (Riaño *et al.*, 2020).

As avaliações operacionais do alinhamento dos projetos com os ODS podem ser feitas de forma *ex ante* ou *ex post*, podendo também ser implementadas concomitantemente. As análises do primeiro tipo são realizadas antes do desembolso dos investimentos. Nesse caso, estabelecer as metodologias de análise inicial é fundamental para o descarte de projetos que podem não contribuir efetivamente para o desenvolvimento sustentável ou que poderão interferir negativamente nos ODS priorizados. Por seu turno, as avaliações *ex post* são realizadas após o desembolso e são fundamentais para discriminar o impacto da exposição (Riaño *et al.*, 2020).

Ainda que possam ser observadas mudanças significativas que indicam uma melhoria nos incentivos e nos impactos que os BDs fornecem na direção da sustentabilidade socioambiental, faltam indicadores de desempenho de qualidade. As análises ainda são realizadas por meio de resultados diretos e, apesar de serem suficientes para medidas quantitativas – como volume de recursos disponibilizados para esses investimentos –, são insuficientes por não refletirem o valor agregado (Riaño *et al.*, 2020).

Diante das dificuldades enfrentadas na transição para uma economia sustentável, Costa, Gonzalez e Almeida (2014) apontam que diversas instituições são importantes na cooperação do financiamento ao desenvolvimento, entre elas os BMDs. Esse título é atribuído a eles pois contribuem com uma grande parcela na mobilização de recursos para o desenvolvimento econômico. Outros atores importantes são as agências governamentais, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e as fundações privadas.

6 O BDMG E O FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O BDMG, criado em 1962, é uma instituição financeira de desenvolvimento que busca diversificar a economia local e promover o desenvolvimento socioeconômico do estado. Por esse motivo, o banco possui diversas linhas de crédito e soluções voltadas para a sustentabilidade e o impacto social positivo. Atua fortemente em regiões mais vulneráveis, mediante operações com os setores público e privado, financiando projetos relacionados a temas que vão desde a satisfação de necessidades básicas até a transição energética.

Desde os seus primeiros anos de operação, o BDMG compromete-se com a tarefa de contribuir para o planejamento e o financiamento de longo prazo em Minas Gerais, com o objetivo de alavancar o desenvolvimento socioeconômico. Com a criação do BDMG, o estado de Minas Gerais passou a dispor de um

qualificado corpo técnico continuamente empenhado em estudar e propor alternativas para promover o desenvolvimento do estado.

Em seu período inicial, destacou-se o estudo intitulado *Diagnóstico da Economia Mineira* (BDMG, 1968), que forneceu insumos para a elucidação dos principais gargalos da economia estadual. A partir daí, o governo do estado atuou assertivamente via políticas públicas que tornaram Minas Gerais uma referência em planejamento econômico e promoção de investimentos.

O BDMG desempenhou um papel fundamental nos momentos decisivos do financiamento do processo de industrialização do estado. Nos setores-chave de mineração e metalurgia, o banco colaborou na implantação de grandes empresas. Além disso, participou ativamente do movimento de modernização e diversificação produtiva local, quando deu suporte à implantação da indústria automobilística e à atração de seus fornecedores. O banco também administrou os fundos estaduais de desenvolvimento do estado de Minas Gerais durante muito tempo. Em suma, o BDMG sempre buscou atenuar as desigualdades regionais por meio da alocação eficaz de recursos. Atualmente, sua base de clientes ativos situa-se em 793 dos 853 municípios mineiros (BDMG, 2021a). O financiamento de projetos privados e públicos nessas cidades propicia o desenvolvimento local com o estímulo ao emprego e à renda.

Nos últimos anos, em virtude das grandes mudanças no cenário econômico e das transformações no ambiente institucional, o BDMG vem estrategicamente diversificando suas fontes de recursos para dar suporte à sua ação anticíclica e em prol do desenvolvimento do estado.

Após a crise econômica que atingiu o mundo em 2008, o governo federal do Brasil executou um conjunto de políticas na tentativa de sustentar o crescimento econômico do país. Uma delas foi a oferta de empréstimos subsidiados por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para estimular os investimentos. Para o funcionamento dessa política, o Tesouro Nacional emprestou ao BNDES aproximadamente R\$ 440 milhões de 2008 a 2014, o que representou a maior fonte de recursos do banco nesse período (BNDES..., 2018). Porém, no início de 2010, o crescimento do PIB do Brasil começou a desacelerar e, em 2015 e 2016, a economia passou por uma recessão. Nesta conjuntura, a partir de 2014, a dívida do setor público disparou, e os empréstimos subsidiados foram interrompidos. O BNDES passou a antecipar o pagamento desses empréstimos em 2015 (BNDES..., 2018).

Logo, as operações de repasse do BNDES – instrumentos tradicionais de captação do BDMG – foram afetadas. Segundo dados levantados internamente, o BDMG apresentou uma queda de 41% no volume de crédito que recebia do BNDES no período 2016-2019. Em efeito cascata, o BDMG viu uma queda

no seu financiamento total, o que forçou o banco a buscar novas fontes de angariação de recursos financeiros. Uma das soluções encontradas foram os contratos de empréstimos com organismos multilaterais.

Nesse contexto, o posicionamento institucional e o planejamento estratégico do BDMG também sofreram alterações. Em 2016, o BDMG acrescentou ao seu processo de crédito a metodologia para gerenciamento de riscos socioambientais, e começou a qualificar com um selo verde os desembolsos para operações ligadas à sustentabilidade com impacto ambiental positivo. Em 2017, o BDMG lançou diferentes linhas e produtos voltados para sua nova agenda de sustentabilidade e impacto social positivo.

Em 2018, o BDMG publicou seu primeiro *Framework Verde*. O documento, que buscou definir melhores práticas socioambientais e impulsionar projetos conectados às agendas globais de sustentabilidade, foi revisado em 2019 para a implementação de um sistema piloto de enquadramento de operações e monitoramento de impacto ambiental positivo. Em 2020, ele sofreu uma ampliação para permitir a emissão de títulos sustentáveis, que direcionam recursos para projetos que contribuem para os ODS da ONU (BDMG, 2020a). Foram determinados os critérios de elegibilidade de investimentos verdes e sociais a que o BDMG tem a capacidade de atender, assim como os ODS englobados dentro de cada categoria (BDMG, 2020a). Entre as 169 metas definidas pela ONU, o BDMG pode atuar diretamente em 28 delas (BDMG, 2020a), como pode ser observado no quadro 1.

QUADRO 1
Metas dos ODS alinhadas à estratégia do BDMG

ODS	Meta	
Nº 2	2.4	Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção; que ajudem a manter os ecossistemas; que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas e às condições meteorológicas extremas, como secas, inundações e outros desastres; e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo.
Nº 3	3.8	Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade, bem como o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos.
Nº 4	4.1	Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem a educação básica, equitativa e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.
	4.3	Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.
	4.a	Construir e melhorar as instalações físicas para a educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos.

(Continua)

(Continuação)

ODS	Meta	
Nº 5	5.5	Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.
	5.a	Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso à propriedade e o controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais.
Nº 6	6.1	Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água potável e segura para todos.
	6.2	Até 2030, alcançar o acesso ao saneamento e à higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e das meninas, e daqueles em situação de vulnerabilidade.
	6.3	Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando o despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e a reutilização segura globalmente.
Nº 7	7.2	Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global.
	7.3	Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética.
Nº 8	8.3	Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, a geração de emprego decente, o empreendedorismo, a criatividade e a inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.
	8.9	Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais.
Nº 9	9.1	Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos.
	9.4	Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos, com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades.
	9.5	Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por 1 milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento.
Nº 10	10.2	Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica etc.

(Continua)

(Continuação)

ODS	Meta	
Nº 11	11.2	Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.
	11.3	Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e a gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países.
	11.5	Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes, e diminuir substancialmente as perdas econômicas diretas causadas por catástrofes em relação ao PIB global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade.
	11.6	Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo <i>per capita</i> das cidades, prestando especial atenção à qualidade do ar e à gestão de resíduos municipais.
	11.7	Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para mulheres, crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.
Nº 12	12.2	Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais.
	12.5	Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, da redução, da reciclagem e do reuso.
	12.b	Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais.
Nº 13	13.1	Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países.
Nº 15	15.2	Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente.

Fonte: BDMG (2020a).
Elaboração dos autores.

Cada meta possui seus próprios indicadores para verificar sua conformidade. Esses indicadores são usados como referência para medir o avanço ou retrocesso da sua respectiva meta no nível nacional, mas podem ser adaptados para qualquer local, seja na esfera regional, estadual ou municipal. Como contextualizado anteriormente, o BDMG sofreu um choque adverso de sua fonte tradicional de recursos e necessitou buscar alternativas estrangeiras. Em valores marcados a mercado (MaM), as demonstrações financeiras do BDMG contabilizaram um estoque de R\$ 1.759.811.000,00 de empréstimos captados no exterior em 31 de dezembro de 2021 (BDMG, 2021a). Entre as instituições multilaterais com que o BDMG criou relacionamento, estão o Banco Europeu de Investimento (BEI), a Agência Francesa de Desenvolvimento (Agence Française de Développement – AFD), o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

7 FINANCIAMENTO AO DESENVOLVIMENTO ORIENTADO POR ODS NO BDMG: OS PRIMEIROS IMPACTOS APURADOS

O cenário macroeconômico brasileiro da última década oportunizou o fortalecimento do portfólio sustentável do BDMG por meio de financiamentos com organismos multilaterais. O modelo de negócios atual do banco trabalha para firmar uma estratégia pautada pelas áreas de sustentabilidade e desenvolvimento social. Em 2019, o BDMG definiu objetivos estratégicos que definem cinco focos de atuação do banco para 2020-2024: sustentabilidade; tecnologia e inovação; infraestrutura; agronegócio; e micro, pequenas e médias empresas (MPME).

A partir de 2019, o BDMG começou a utilizar instrumentos de coleta e medição de impacto dos seus desembolsos. Com a certificação do *framework* de sustentabilidade, os financiamentos do BDMG passaram a ser categorizados como sociais ou ambientais, conforme a natureza dos projetos e seus respectivos impactos.

Os projetos enquadrados como sociais originam externalidades positivas relacionadas à geração de emprego, à igualdade de gênero, à urbanização inclusiva e sustentável, e à recuperação econômica após desastres. No ano de 2021, os projetos dessa categoria representaram 25,9% do desembolso total do BDMG, com destaque para o setor de saúde (R\$ 196,4 milhões) e para a recuperação econômica após desastres (R\$ 151,7 milhões), reflexo dos financiamentos destinados às empresas afetadas direta ou indiretamente pela pandemia da covid-19 (BDMG, 2021b). Os recursos destinados a projetos de urbanização que visam ao bem-estar da sociedade somaram R\$ 58,7 milhões (BDMG, 2021b).

No que diz respeito ao empoderamento socioeconômico e em sintonia com o ODS nº 5 – igualdade de gênero –, estima-se que os R\$ 72,9 milhões desembolsados em 2021 contribuíram para a manutenção de mais de 6.468 mil vagas de emprego (BDMG, 2021b). Além disso, verificou-se que as empresas lideradas por mulheres representaram 32% do total de clientes atendidos via BDMG Digital (BDMG, 2021b).

Em consonância com o ODS nº 3 – saúde e bem-estar –, foram financiados quatro hospitais, além de um projeto para investimentos em quarenta unidades básicas de saúde (UBS) e outros financiamentos para equipamentos do setor de saúde. Além de possibilitar a fabricação de cerca de 8 mil itens, entre medicamentos e demais produtos e equipamentos hospitalares, farmacêuticos e clínicos, esses financiamentos beneficiaram diretamente mais de 455 mil pessoas (BDMG, 2021b).

Por sua vez, os projetos enquadrados como ambientais apresentam as seguintes subcategorias: energia renovável, eficiência energética, saneamento, transporte limpo e agricultura sustentável. Dados internos fornecidos pelo BDMG revelam que, em 2021, o desembolso total para os projetos dessa

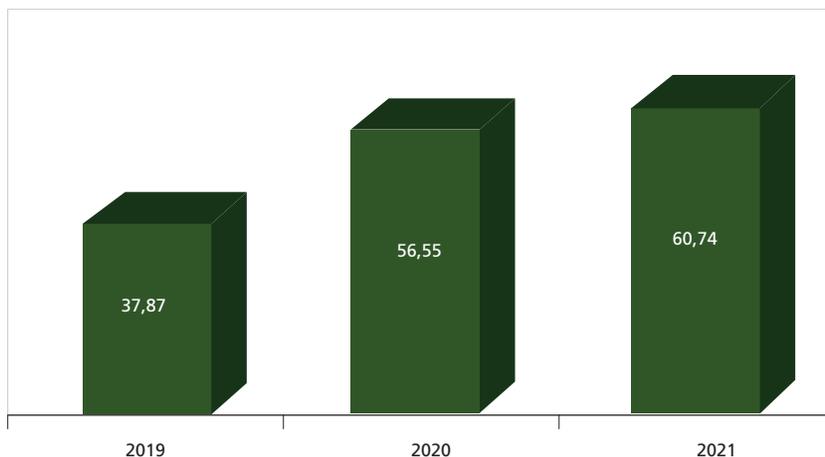
categoria foi de R\$ 671,5 milhões, com destaque para os segmentos de agricultura sustentável (R\$ 484,8 milhões) e energia renovável (R\$ 150,4 milhões).

Os projetos na subcategoria de energia renovável estão comprometidos com a geração de energia limpa e alinhados aos princípios econômico-financeiros favoráveis à melhoria das condições climáticas no mundo. É importante destacar que a geração de energia fotovoltaica, além de contribuir para a redução da emissão de GEEs, causa impactos ambientais relativamente mais baixos em comparação com as tradicionais fontes de energia baseadas em combustíveis fósseis.

Estima-se que os impactos causados pelos desembolsos nesse tipo de projeto foram da ordem de 7.665 toneladas de dióxido de carbono (tCO₂) por ano de emissões de GEEs evitadas (BDMG, 2021a), contribuindo significativamente com o ODS nº 13 – ação contra a mudança climática global. Além disso, considerando-se todos os projetos contratados até dezembro de 2021, estima-se a produção de energia limpa em torno de 102 gigawatt-hora (GWh) por ano (BDMG, 2021a). Esse cálculo inclui dezesseis usinas fotovoltaicas (UFVs) e duas centrais geradoras hidrelétricas (CGHs), que juntas produzem o equivalente ao consumo de energia elétrica anual de 34.840 domicílios com quatro pessoas, em consonância com o ODS nº 7 – energia limpa e acessível.

Do ponto de vista do planejamento estratégico, o BDMG passou a estabelecer, a partir de 2020, metas de desembolso para projetos alinhados com pelo menos um ODS. Essa mudança, portanto, pode ser considerada um marco no processo de reorientação estratégica alinhada à Agenda 2030 da ONU.

GRÁFICO 1
Desembolsos em ODS do BDMG (2019-2021)
(Em % do total de desembolsos do BDMG)



Fonte: Dados internos do BDMG.

Em 2020, o BDMG estipulou a meta de ter 30% de seu desembolso total alinhados com pelo menos um dos ODS. Dado o contexto da pandemia da covid-19 e o lançamento de linhas de crédito emergenciais para a recuperação econômica, o desempenho superou as expectativas, tendo atingido 56,55%. No ano de 2021, a meta estabelecida elevou-se para 45%, e o BDMG atingiu 60,74%.

Conforme explicado anteriormente, existem duas categorias de projetos alinhados aos ODS – social e ambiental –, que, por sua vez, foram divididos em onze subcategorias. Uma vez enquadrado em categorias e subcategorias, cada projeto é vinculado a indicadores de resultado e impacto, o que permite ao banco mensurar os benefícios para o meio ambiente e para a sociedade.

TABELA 1

Desembolsos do BDMG com projetos alinhados aos ODS, por categoria e subcategoria (2019-2021)
(Em R\$ milhões)

	2019	2020	2021
Ambiental (A)	138,0	175,9	671,5
Agricultura sustentável	59,6	43,4	484,8
Energia renovável	59,4	97,8	150,4
Eficiência energética	5,2	13,8	18,7
Saneamento	11,1	17,8	15,0
Transporte limpo	2,7	3,1	2,7
Social (B)	357,5	1.435,6	500,6
Saúde	58,3	189,7	196,4
Recuperação econômica após desastre	19,1	935,4	151,7
Inclusão de gênero	32,5	31,2	72,9
Urbanização inclusiva	118,6	166,9	58,7
Geração de emprego	118,8	102,3	18,6
Educação	10,3	10,0	2,3
Desembolsos em projetos alinhados aos ODS (A + B)	495,5	1.611,5	1.172,1
Desembolsos em projetos não alinhados aos ODS (C)	812,9	1.238,0	757,6
Desembolso total do BDMG (A + B + C)	1.308,4	2.849,5	1.929,7

Fonte: Dados internos do BDMG.

No ano de 2021, 57,3% dos desembolsos em ODS foram destinados a projetos ambientais, enquanto 42,7% foram para projetos sociais. No que se refere ao setor público, 4,8% do total desembolsado em 2021 (R\$ 1,9 bilhão) foram disponibilizados para as prefeituras, com destaque para os recursos empregados em projetos de urbanização (R\$ 58,7 milhões) e saneamento (R\$ 15 milhões).

Se direcionarmos o recorte analítico das operações diretamente aos ODS, identificaremos a predominância dos desembolsos vinculados a projetos de agricultura sustentável, com participação de 41,4% no total. No tocante ao setor público, deve-se salientar o ODS nº 11 – cidades e comunidades sustentáveis – e o ODS nº 6 – água potável e saneamento –, que juntos representam 19,5% do total desembolsado em ODS, conforme a tabela 2.

TABELA 2
Desembolsos em projetos alinhados aos ODS (2021)

Enquadramento da operação	R\$ milhões	%
ODS nº 2 – Fome zero e agricultura sustentável	484,8	41,4
ODS nº 11 – Cidades e comunidades sustentáveis	213,1	18,2
ODS nº 3 – Saúde e bem-estar	196,4	16,8
ODS nº 7 – Energia limpa e acessível	169,0	14,4
ODS nº 5 – Igualdade de gênero	72,9	6,2
ODS nº 8 – Trabalho decente e crescimento econômico	18,6	1,6
ODS nº 6 – Água potável e saneamento	15,0	1,3
ODS nº 4 – Educação de qualidade	2,3	0,2
Total desembolsado em ODS	1.172,1	100,0

Fonte: Dados internos do BDMG.

Além de incorporar as metas de desembolso em projetos vinculados a ODS em sua estratégia, o BDMG se engajou em diversas iniciativas em prol do desenvolvimento sustentável. Entre elas, cite-se o Pacto Global; a Corrida para o Zero (Race to Zero); os Princípios de Empoderamento das Mulheres (Women's Empowerment Principles); e a Declaração de Paris dos Bancos de Desenvolvimento sobre Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres (Paris Development Banks Statement on Gender Equality and Women's Empowerment). Em 2021, o BDMG tornou-se a primeira instituição financeira brasileira a fazer parte da Green Bank Network e, durante a COP 26, o banco formalizou sua adesão à Cities Climate Finance Leadership Alliance.

O BDMG também participa do projeto Financing Energy for Low-Carbon Investment – Cities Advisory Facility (Felicity), uma iniciativa conjunta da Agência Alemã de Cooperação Internacional (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit – GIZ) com o BEI, tendo como objetivo tornar as cidades capazes de implementar projetos de energia renovável e eficiência energética elegíveis para financiamento. Além disso, o BDMG foi reconhecido como o Banco do Ano 2022 pela Alide, entidade formada por oitenta instituições financeiras de desenvolvimento de 22 países. Entre os motivos enfatizados pela Alide, sobressaem a solidez financeira do banco e o significativo volume de desembolsos em sintonia com os ODS da ONU.

Desse modo, a cooperação técnica com entidades parceiras, além dos contratos de financiamento firmados com organismos multilaterais, tem sido fundamental para o BDMG consolidar sua nova cultura de impacto, comprometida com a geração de mais empregos, a transformação em direção a uma matriz energética mais limpa, a redução das desigualdades regionais, de gênero e de raça, e melhores condições de saúde, saneamento e educação.

8 CONCLUSÃO

Desde a subscrição da Agenda 2030 da ONU por 193 Estados-membros em 2015, diversas lideranças político-econômicas, organizações não governamentais (ONGs), instituições democráticas e representantes da sociedade civil comprometeram-se com um ousado plano de ação orientado para erradicar a pobreza, proteger os recursos naturais do planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade. No Brasil, o BDMG foi uma das primeiras instituições financeiras a se engajar firmemente nos ODS pactuados mediante a transformação da vida da população nas três dimensões do desenvolvimento sustentável – social, ambiental e econômica.

Atualmente, o BDMG adota como visão ser referência mundial de banco de desenvolvimento local focado em impacto (BDMG, 2021b). Para tanto, o banco busca promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável de Minas Gerais por meio do apoio a projetos com impactos positivos à sociedade e ao meio ambiente. A contundência de sua atuação vem sendo possível graças a diversas iniciativas de cooperação técnica com entidades parceiras, assim como os contratos de financiamento firmados com organismos multilaterais.

Seguindo a linha definida pelas melhores práticas internacionais, visando atender às novas exigências do mercado financeiro global, o BDMG passou a produzir seus primeiros relatórios institucionais do impacto dos desembolsos realizados. Esses relatórios revelam que o banco vem passando por uma profunda transformação institucional nos últimos anos, no sentido de alinhamento aos preceitos da Agenda 2030 das Nações Unidas.

No contexto dos novos desafios concernentes ao desenvolvimento econômico, social e ambiental, as instituições financeiras de fomento precisam trabalhar de maneira integrada para reafirmar suas estratégias de atuação e seus papéis institucionais. Nesse sentido, o BDMG vem se posicionando com protagonismo nas principais plataformas de debate e geração de conhecimento a respeito dos temas mais importantes relacionados a financiamento, digitalização, governança, monitoramento e avaliação do desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

ARORA, N.; MISHRA, I. United Nations Sustainable Development Goals 2030 and environmental sustainability: race against time. **Environmental Sustainability**, v. 2, p. 339-342, Dec. 2019.

BDMG – BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS. **Diagnóstico da economia mineira**. Belo Horizonte: BDMG, 1968.

_____. **Framework de Emissão de Títulos Sustentáveis**. Belo Horizonte, 2020a. Disponível em: <<https://www.bdmg.mg.gov.br/titulos-sustentaveis/>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

_____. **Relatório de Sustentabilidade 2020**. Belo Horizonte: BDMG, 2020b. Disponível em: <<https://www.bdmg.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/06/book-relatorio-sustentabilidade-2020-BDMG-pt.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

_____. **Demonstrações Financeiras com Relatório do Auditor Independente** – 31 dez. 2021. Belo Horizonte: BDMG, 2021a. Disponível em: <https://www.bdmg.mg.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/Demonstracoes-financeiras-completas_dez_21.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

_____. **Relatório de Sustentabilidade 2021**. Belo Horizonte: BDMG, 2021b. Disponível em: <<https://www.bdmg.mg.gov.br/relatorio/>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

BEHELAINÉ, C.; BRESCIANI, L. **O papel dos bancos de desenvolvimento na agenda do desenvolvimento sustentável: o caso do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais**. Santiago do Chile: Cepal, 2020. (Estudo de Caso). Disponível em: <<https://archivo.cepal.org/pdfs/bigpushambiental/Caso100-OPapeldosBancosdeDesenvolvimento.pdf>>.

BELLIA, V. **Introdução à economia do meio ambiente**. Brasília: Ibama, 1996.

BESHARATI, N. **Common goals and differential commitments: the role of emerging economies in global development**. Johannesburg: German Development Institute, 2013.

BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. BNDES e Tesouro Nacional. **BNDES – o banco nacional do desenvolvimento**, 30 out. 2018. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/divida-tesouro>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRESSER-PEREIRA, L.; BEHELAINÉ, C. Multilateral development banks, new developmentalism and local currency financing. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 39, n. 4, p. 755-767, out.-dez. 2019.

BRÜSEKE, F. **O Problema do Desenvolvimento Sustentável**: desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. Recife, 1994. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/dipes-fundaj/uploads/20121129023744/cavalcanti1.pdf#page=15>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

CAMARGO, A. **As dimensões e os desafios do desenvolvimento sustentável**: concepções, entraves e implicações à sociedade humana. 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/82981>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

CASTRO, L. Gestão de riscos e regulação em bancos de desenvolvimento. **Revista do BNDES**, v. 36, p. 89-134, 2011.

CMMAD – COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1991.

COSTA, C.; GONZALEZ, M.; ALMEIDA, N. A lógica de funcionamento dos bancos multilaterais de desenvolvimento e o seu relacionamento com o Brasil no período 1990-2012. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 16, p. 57-74. jan.-abr., 2014.

DEBALI, J. **Desenvolvimento sustentável**: evolução e indicadores de sustentabilidade. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/123638>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

GONÇALVES, D. Desenvolvimento sustentável: o desafio da presente geração. **Revista Espaço Acadêmico**, ano V, n. 51, 2005.

GONÇALVES, G. **Desenvolvimento sustentável**: uma abordagem da temática ambiental sob a ótica da Economia Ambiental Neoclássica e da Economia Ecológica. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/28611>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

GUIMARÃES, R. O novo padrão de desenvolvimento para o Brasil: inter-relação do desenvolvimento industrial e agrícola com o meio ambiente. *In*: VELLOSO, J. P. R. (Org.). **A ecologia e o novo padrão de desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1992.

JAPIASSÚ, C.; GUERRA, I. 30 anos do relatório Brundtland: nosso futuro comum e o desenvolvimento sustentável como diretriz constitucional brasileira. **Revista de Direito da Cidade**, v. 9, n. 4, p. 1884-1901, 2017.

MACHADO, J.; PAMPLONA, J. A ONU e o desenvolvimento econômico: uma interpretação das bases teóricas da atuação do PNUD. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, n. 1 (32), p. 53-84, abr. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642802/10355>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

MARODON, R. **Can development banks step up to the challenge of sustainable development?** Paris: AFD, 2020. (Research Paper, n. 175). Disponível em: <<https://www.afd.fr/en/ressources/can-development-banks-step-challenge-sustainable-development>>. Acesso em: 13 set. 2021.

MURPHY, C. N.; AUGELLI, E. International institutions, decolonization and development. **International Political Science Review**, v. 14, n. 1, p. 71-85, 1993.

ODI – OVERSEAS DEVELOPMENT INSTITUTE. **Multilateral development banks: a short guide**. Londres: ODI, 2015.

OLIVEIRA, V.; SILVA, E. **ODS 13: tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos**. Brasília: Ipea, 2019. (Cadernos ODS).

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: UNIC Rio, 13 out. 2015. Disponível em: <<https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>>.

RIÑANO, M. *et al.* **Scaling up public development banks' transformative alignment with the 2030 Agenda for Sustainable Development**, Paris: AFD, 2020. (Research Paper, n. 184). Disponível em: <<https://www.afd.fr/en/ressources/scaling-public-development-banks-transformative-alignment-2030-agenda-sustainable-development>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

RODRIGUES, D. **Crescimento econômico e desenvolvimento econômico**. Joinville: Clube de Autores, 2015.

SACHS, I. Meio ambiente e desenvolvimento: estratégias de harmonização. *In*: ANDRADE, M. C. de *et al.* **Meio ambiente, desenvolvimento e subdesenvolvimento**. São Paulo: Hucitec, 1975.

SOUZA, A. (Org.). **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2014.

SOUZA, P.; VAZ, F. **ODS 1: acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares**. Brasília: Ipea, 2019. (Cadernos ODS).

